



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia
Disciplina Produção de Artigo
Professora Orientadora Ana Flávia do Amaral Madureira

Gênero e diversidade sexual na escola a partir da perspectiva de profissionais da educação

Amanda Soares Nunes de Almeida

Brasília

Novembro de 2016

Resumo

A pesquisa apresentada nesse artigo teve como objetivo analisar as concepções e crenças de profissionais da educação básica sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar. Quanto à metodologia, três professores/as participaram de uma entrevista individual semiestruturada com a apresentação de imagens relacionadas ao tema. Após a transcrição das entrevistas, foram construídas três categorias analíticas a fim de orientar o trabalho de interpretação das entrevistas, de forma coerente com os objetivos da pesquisa. A partir dos resultados obtidos, foi possível analisar que, de forma geral os conceitos de gênero e diversidade sexual, às vezes, se misturavam. Os/as três participantes afirmaram que concordam que as escolas devem abordar as questões de gênero e sexualidade no âmbito escolar. Entretanto, os resultados mostram que há uma falta de preparo e uma lacuna durante a formação dos professores nos cursos de Licenciatura para trabalhar com essa temática. Dessa forma, é fundamental que essas questões sejam trabalhadas nas escolas para que os estereótipos não sejam reforçados e para que não seja mais perpetuada a violência de gênero e/ou homofóbica nas escolas e, em um sentido mais amplo, na sociedade.

Palavras-chave: gênero, diversidade sexual, preconceito, diversidade nas escolas.

Para tratar das questões referentes à diversidade e preconceito no contexto escolar, cabe fazer a seguinte pergunta enquanto problema de pesquisa: quais são as atitudes dos/as professores/as frente a possíveis episódios de preconceito e discriminação sofridos pelos/as alunos/as relacionados às questões de gênero e diversidade sexual em sala de aula?

Esse questionamento é de suma importância ao observar o grande número de jovens que são vítimas de *bullying* e discriminação nas escolas por conta da homofobia e transfobia. É possível observar esse fato, por exemplo, com a existência do projeto *It Gets Better!*¹, o qual começou nos EUA em 2010 (mas já abrange diversos países) devido ao grande número de estudantes cometendo suicídio após sofrerem *bullying*. Nesse ambiente virtual, milhares de jovens dão suporte uns aos outros a partir de relatos

¹ Disponível em <http://www.itgetsbetter.org/>

de experiências de preconceito e discriminação que sofrem ou sofreram em diversos espaços sociais, principalmente, nas escolas.

Embora esse seja uma iniciativa que vem ajudando várias pessoas a lidarem com o preconceito e a discriminação provenientes de homofobia e transfobia, ainda é preciso que essa temática seja tratada nas escolas. Uma vez que se observa a estatística de casos de violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais como apontam as pesquisas.

Por exemplo, o relatório de violência homofóbica no Brasil de 2013 que a Secretaria de Direitos Humanos realizou quanto aos índices dos tipos de violência sofridos por pessoas LGBT. Sendo que a maior parte dessa violência é a psicológica, seguida pela discriminação, violência física e violência sexual (Brasil, 2016). Além de notar atitudes discriminatórias nas escolas com aqueles estudantes que não apresentam comportamentos e orientações não heterossexuais.

Em relação às questões gênero, é importante que tais questões sejam discutidas para desconstruir aspectos referentes aos papéis de gênero rígidos construídos em uma sociedade sexista. Sendo que, a escola tem um importante papel na construção e reconstrução das identidades de gênero e, por isso, muitas vezes, as escolas são responsáveis por reforçarem tais estereótipos de gênero (Madureira, 2007).

Com base nos dados estatísticos da Organização Mundial de Saúde (OMS), 35% dos assassinatos de mulheres no mundo acontecem por parceiros ou ex-parceiros. Por isso, é preciso ensinar, inclusive nas escolas, o respeito para que não se perpetue na sociedade a violência e o preconceito, no caso, a violência de gênero, a qual está pautada em uma relação de desigualdade de poder de um gênero sobre o outro.

Sendo assim, tratar o preconceito (tanto nas questões de gênero quanto da diversidade sexual) no contexto escolar justifica-se como uma forma de denúncia referente aos processos de exclusão presentes em nossa sociedade. Assim como, revelar e lidar, de forma democrática, com as diferentes expressões multiculturais e diversidade dos seres humanos nos diversos espaços sociais (Demo, 2005, citado por Madureira & Branco, 2015).

A seguir, são destacados alguns subtópicos para aprofundar a discussão da fundamentação teórica adotada nesse estudo. Nesses tópicos, são apresentadas teorias referentes às questões de identidade, diferença e preconceito sob uma perspectiva mais ampla e, em seguida, aspectos focados para as questões de gênero, sexualidade e o papel da educação frente a esses assuntos.

Identidade, diferença e preconceito

A identidade é um processo relacional que ocorre a partir das interações entre indivíduos ou grupos em diversos contextos sociais. Identificar-se é ser igual a algo ou alguém, mas, também, é se diferenciar de algo ou alguém. Logo, identidade constitui-se quando as pessoas fazem comparações, reconhecendo semelhanças e diferenças. Diz respeito ao que uma pessoa é em oposição ao que ela não é, ou seja, significa ser igual a alguns/as e diferentes de outros/as (Galinkin & Zauli, 2011).

A questão da identidade também diz respeito a uma afirmação positiva daquilo que sou, ou seja, por exemplo, sou branco/a, heterossexual, brasileiro/a, o que traz a concepção de uma característica independente e autônoma como se não houvesse relação com aquilo que não sou. Isso se exprime da mesma forma ao apontar as diferenças como algo que também é um fato independente, mas, nesse caso, como aquilo que o outro é, "ele é negro"; "ele é homossexual"; "ele é argentino". Tanto a identidade quanto a diferença, entretanto, coexistem, isto é, mantêm uma dependência, pois ao afirmar "sou brasileira" está embutida a ideia de que "não sou argentina", "não sou chinesa" e assim por diante. Dessa forma, pode-se dizer que a identidade e a diferença fazem parte de um processo mútuo de construção (Silva, 2000).

Sendo assim, Hall (2006) explica que, nos processos identitários na pós-modernidade, o sujeito apresenta uma identidade mais instável e fluída por conta das rápidas transformações das sociedades. Por isso, a identidade dos indivíduos está sempre em transformação contínua na cultura que estão imersos, revelando diversas identidades possíveis, ou seja, está em permanente construção devido à pluralização dos ambientes.

Abordar essa temática que toca nos aspectos referentes às identidades e diferenças é de suma importância para que as fronteiras simbólicas que perpassam os indivíduos e grupos sociais não se tornem rígidas, manifestando o preconceito e a discriminação, sendo essa o preconceito posto em ação (Madureira & Branco, 2015). Por isso, é importante que essas questões sejam levantadas em diferentes contextos educacionais, pois, aqueles/as que são alvos da discriminação apresentam possível sofrimento psíquico, os quais acarretam em sentimentos de culpa, ansiedade e depressão, como é discutido por Madureira e Branco (2015).

Com isso, essas diferenças entre indivíduos e grupos sociais são delimitadas por fronteiras simbólicas. Essas fronteiras que distinguem os grupos os quais pertencemos e os grupos os quais não pertencemos a partir da marcação simbólica das diferenças, podem ser semipermeáveis ou não-permeáveis (Madureira, 2010). Porém, quando essas fronteiras simbólicas tornam-se mais rígidas, ou seja, são não-permeáveis, elas configuram-se em barreiras culturais.

Nesse caso, quando emergem as barreiras culturais, alguns grupos caracterizam, de forma constante, outros grupos de forma pejorativa. Em outras palavras, ocorre o preconceito e a discriminação (Madureira, 2010). Quando os indivíduos transgridem essas fronteiras rígidas, muitas vezes, são usadas formas de violência e intolerância para continuar a manutenção dessas fronteiras, pois as hierarquias e as desigualdades sociais são mantidas, também, por meio dessas barreiras (Madureira & Branco, 2012).

Também é possível pensar no preconceito como atitude relacionada à crenças com relação a algo, sendo que atitude é uma avaliação com três componentes: cognitivo, afetivo e comportamental. O preconceito, então, é quando o afeto à crença é necessariamente negativo. Embora o componente afetivo esteja relacionado com o componente cognitivo, as respostas afetivas são bem mais rápidas e intensas que as respostas cognitivas (Pérez-Nebra & Jesus, 2011).

Nesse sentido, importante pensar nas relações entre preconceito e discriminação nas esferas da ação, cognição e emoção. Ou seja, cabe pensar que o preconceito não está relacionado somente a processos cognitivos que determinam a nossa compreensão sobre o mundo social o qual os sujeitos se inserem. Está, entretanto, principalmente ancorado em aspectos emocionais, os quais mantêm as pessoas longe de conflitos internos, na sua zona de conforto das suas próprias crenças. Por isso, mesmo com a apresentação de argumentos racionais, é um desafio desconstruir os preconceitos (Madureira & Branco, 2012).

Bauman (1998) esclarece que com base nas diferenças criam-se fronteiras entre os grupos "eles" e "nós", dos quais o "nós" corresponde ao grupo ao qual pertencemos e o grupo "eles" representa o grupo o qual não pertencemos. Entretanto, ainda como explica o autor, a questão não é se livrar daqueles que são "diferentes", ou seja, mantê-los em seu "devido lugar" e acreditar que a diversidade seja apenas uma mera inconveniência do momento, mas sim que a diferença é algo que faz parte da constituição da identidade de todos os indivíduos. Deve-se, portanto, viver com a alteridade diária e permanente, ou seja, é importante conviver com as diferenças ao

respeitar as pessoas, se colocar no lugar dos outros, ou seja, ter empatia com os/as demais, e abrir espaço para o diálogo.

Dessa forma, é preciso questionar se essas barreiras que delimitam os grupos "nós" e "eles" (isto é, a marcação das diferenças) estejam ocorrendo nos espaços sociais e, portanto, também no ambiente escolar entre os/as alunos/as e se esses processos identitários irão se configurar como preconceito e práticas discriminatórias. É necessário perguntar: o que estabelece essas divisões? Que efeitos essa separação têm provocado na aprendizagem e na socialização dos estudantes? O que se tem feito para problematizar as diferenciações em sala de aula? Entre outros questionamentos (Moreira & Câmara, 2008). Ou seja, como a escola tem agido para que o ambiente educacional seja um lugar que promova o respeito às diferenças? Tendo em vista que, muitas vezes, algumas pessoas não se sentem respeitadas, protegidas ou acolhidas dentro desse espaço por conta do seu gênero e/ou orientação afetivo-sexual.

Por exemplo, uma menina ser assediada por colegas de sala e a instituição não tomar as providências adequadas para esse tipo de situação; algum/a estudante ser vítima de chacotas devido a sua orientação afetivo-sexual e os/as professores/as ignorarem esses comportamentos dos/as agressores/as, ou quando meninos e meninas são separados/as para realizarem atividades "próprias de meninos e de meninas".

Gênero, diversidade sexual e educação

No senso comum, acredita-se que as características biológicas do sexo masculino e feminino são o suficiente para determinar o que significa ser mulher e ser homem e, assim, constroem-se um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais. Contudo, essas definições e construções de gênero são aspectos socialmente e culturalmente construídos, até mesmo, ao observar que cada cultura define o que é compreendido como masculino e feminino (Vianna & Ridenti, 1998).

O conceito de gênero foi problematizado e transformado em um conceito teórico com o início da segunda onda do feminismo da década de 1960, em que as feministas não apenas se preocupavam com questões sociais e políticas, como também com questões teóricas, a fim de compreender o que sustentam as desigualdades entre homens e mulheres (Louro, 1998). Ao conceituar gênero voltado para o foco social, não se nega os aspectos biológicos, porém, é enfatizada a construção social sobre essas características. Assim, a autora explica que as relações entre os sujeitos não se dão

através das diferenças biológicas, mas sim a partir dos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade e na representatividade.

Scott (1995) afirma que gênero é uma categoria social sobre os corpos sexuados, ou seja, é uma organização social sobre a diferença entre os sexos, isto é, construções culturais e sociais da forma que homens e mulheres constituem, as quais devem ser analisadas em diferentes contextos históricos (Grossi, Heilborn, & Rial, 1998). Ressalta, portanto, que as ideias de supostos papéis adequados aos homens e às mulheres são construções exclusivamente sociais.

A fim de discutir gênero (inclusive nos contextos educacionais), não basta que se tenha uma noção de complementaridade entre homens e mulheres, pois, assim, é possível que essa relação mantenha uma noção hierárquica de poder e continue a existir uma subordinação entre homens e mulheres. É preciso, então, que os valores e significados associados à masculinidades e à feminilidades sejam discutidos e analisados para superar essas desigualdades e subordinações (Vianna & Ridenti, 1998).

Em um aspecto mais prático quanto a essas questões de gênero e sexualidade, a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (1998) já definiu nos Parâmetros Curriculares Nacionais aspectos que devem ser trabalhados a respeito dessas questões. Dentre alguns desses aspectos, vale destacar os objetivos gerais desse trabalho de Orientação Sexual, sendo eles: o desenvolvimento da sexualidade dos alunos com responsabilidade, prazer e respeito (a si mesmo e ao próximo). Tendo em vista que lidar com essas concepções é um exercício de cidadania, pois promove o respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos sexuais, e evita comportamentos discriminatórios e intolerantes.

Embora a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação tenha apresentado essas propostas sobre a educação sexual/orientação sexual na década de 1990 do século passado, ainda se observa que há algumas barreiras para se trabalhar com essas questões pelos/as profissionais da educação. Algumas dessas barreiras que dificultam a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas é que alguns desses assuntos podem ir contra as crenças e valores morais e/ou religiosos dos professores. Outra dificuldade enfrentada é que, mesmo que haja interesse dos profissionais em trabalhar com essas questões, há lacunas na formação dos professores acerca desses temas. Ou seja, há uma falta de preparo para lidar com esses assuntos relacionados à diversidade e preconceito nas escolas (Madureira & Branco, 2015).

Dessa maneira, essa lacuna na formação dos/as profissionais da educação, certamente, reflete a questão do silêncio presente na sociedade e nas escolas para trabalhar questões a respeito de gênero e diversidade sexual. Os materiais didáticos, embora não sejam homofóbicos, trazem uma leitura heteronormativa a respeito da sexualidade, em que é muito associada ainda apenas a função reprodutiva, ignorando as práticas sexuais fora do contexto da reprodução e, muito menos, de práticas sexuais não-heterossexuais. Porém, os materiais didáticos deveriam ser ferramentas educativas de políticas públicas que contribuíssem para uma sociedade que respeite a diversidade sexual, proporcione a igualdade e a liberdade (Lionço & Diniz, 2009).

Contudo, há diversos procedimentos que podem ser utilizados, em sala de aula, para favorecer o debate acerca das diferenças. Moreira e Câmara (2008) indicam algumas dessas estratégias pedagógicas que podem ser colocadas em prática no contexto escolar. Alguns planos colocados pelos autores para trabalhar as diferenças em sala de aula estão voltados para alguns tópicos, como, por exemplo, fazer que os alunos tomem conhecimento dos preconceitos existentes na sociedade e na cultura e como que se manifestam ao utilizar recursos didáticos; estimular que os estudantes tenham posicionamentos engajados e novas posturas daquilo que desconhecem e promover o diálogo entre as diferenças.

Essa pesquisa teve, portanto, como objetivo geral analisar as concepções e crenças de profissionais da educação básica sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar. Além disso, tem como objetivos específicos: a) compreender quais as percepções dos/as professores/as em relação ao papel da escola quanto à abordagem no que se refere às questões de gênero e diversidade sexual e b) investigar como os/as professores/as se posicionam frente às situações de preconceito e discriminação na escola no campo das questões de gênero e sexualidade.

Método

Para a realização da pesquisa, foi utilizada uma entrevista semiestruturada e apresentação de imagens previamente selecionadas com a utilização da técnica de análise de conteúdo. Devido aos objetivos dessa pesquisa é conveniente usar a pesquisa qualitativa, pois, segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa irá trabalhar de modo aprofundado com o mundo dos significados, dos valores e das crenças dos indivíduos. Por isso, a seguinte pesquisa foi inspirada na epistemologia qualitativa, desenvolvida

pelo Professor González Rey, pois considera de extrema importância os aspectos culturais no desenvolvimento humano (Madureira & Branco, 2001).

Para saber a respeito das crenças dos/as profissionais da educação básica a respeito das questões de gênero e diversidade sexual nas escolas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Dessa forma, o/a entrevistado/a poderá discorrer a respeito do tema em questão, possibilitando a construção das informações de maneira que não se prenda a perguntas muito fechadas (Minayo, 2001).

Além das entrevistas como forma de construção da informação, também foram utilizadas imagens. O uso das imagens se deve ao fato que estas podem ser muito eficientes enquanto recursos metodológicos por serem artefatos culturais que funcionam como mediadores dos sentimentos e ações humanas. Sendo que, ao tratar de uma temática mais polêmica, o uso de imagens facilita o acesso aos aspectos afetivos e emocionais, no caso, referente a temas relacionados a processos identitários e preconceito (Madureira, 2010).

Participantes

A pesquisa foi realizada com três participantes, os quais são profissionais da educação do Distrito Federal. Para que a identidade pessoal de cada participante seja preservada, serão utilizados os códigos Participante 1, Participante 2 e Participante 3. A Participante 1 é uma mulher que, atualmente, trabalha na direção de uma escola pública do Distrito Federal, porém, já deu aula e está na área educacional há 26 anos. O Participante 2 trata-se de um homem, o qual é professor há 17 anos e dá aula para o 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e o Ensino Médio em uma escola pública da zona rural. A Participante 3 é uma mulher que dá aula há 6 anos e, hoje em dia, é professora do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola particular.

Materiais e Instrumentos

Os materiais utilizados durante a pesquisa foram: papel, caneta, gravador de áudio, *tablet* e os TCLEs impressos. Quanto aos instrumentos, foram utilizados: entrevistas individuais semiestruturadas e apresentação de imagens previamente selecionadas.

Procedimentos de Construção de Informações

Inicialmente, a pesquisa foi encaminhada para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do UniCEUB a fim de se obter a devida autorização para a execução desta. Logo após, o CEP emitiu o parecer, o qual aprovava a realização da pesquisa. Com isso, a pesquisadora entrou em contato com os participantes para saber se havia interesse em participar da pesquisa e estabelecer o dia e local das entrevistas.

Em seguida, foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. O qual consta do objetivo da pesquisa, assim como os aspectos éticos, como o sigilo da identidade pessoal do/a participante, consentimento em relação à gravação de áudio das entrevistas.

Após os/as participantes aceitarem em participar da pesquisa se iniciou com a realização da entrevista semiestruturada (a qual possibilita que o/a participante possa se expressar a respeito do tema de um jeito mais aberto) em que era composta por um roteiro com 16 perguntas. Ao final da entrevista, ocorreu a apresentação de imagens previamente selecionadas, as quais os participantes também deveriam responder algumas perguntas referentes a essas imagens.

Procedimentos de Análise

Após a realização das entrevistas e das apresentações de imagens, foram realizadas as transcrições dos áudios das entrevistas. Em seguida, a partir do objetivo geral e objetivos específicos e do problema de pesquisa delimitado, foram construídas três categorias analíticas temáticas a fim de orientarem a seção de resultados e discussão. Tais categorias são: 1- Concepções e crenças sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade: a perspectiva dos participantes; 2- O papel da escola na abordagem das questões de gênero e diversidade sexual e 3- Como os/as participantes lidam com situações de discriminação em relação à diversidade sexual na escola?

Resultados e Discussão

Após a transcrição das entrevistas realizadas, foram construídas as três categorias analíticas temáticas apresentadas anteriormente, a fim de orientar o trabalho de interpretação das entrevistas relacionadas com os objetivos da pesquisa. Nesta seção, são discutidos os resultados obtidos durante as entrevistas realizadas com o/as participantes e relacionando com aspectos teóricos referentes à temática da pesquisa. Além disso, foi possível aprofundar e desenvolver mais algumas questões e conceitos

desenvolvidos na fundamentação teórica ao relacionar com os relatos apresentados pelos/as participantes.

Concepções e crenças sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade: a perspectiva dos participantes.

Quando foram questionados/as diretamente sobre o que era gênero, foi possível constatar, pela fala dos/as três participantes, que o conceito de gênero ainda não é muito familiar fora do contexto acadêmico, já que os participantes, de certa forma, se distanciaram daquilo que diversos autores/as na atualidade, afirmam ser gênero. Isso revela a importância dessas questões serem mais trabalhadas na formação dos/as profissionais de educação para que estes/as tenham uma visão mais aprofundada e possam discutir em sala de aula de forma mais clara e crítica com os/as estudantes. Sendo assim, é importante que professores/as tenham mais recursos além de suas próprias opiniões pessoais e argumentos pautados em um modelo essencialista biológico que, muitas vezes, está baseado em ideias preconceituosas (Madureira & Branco, 2015).

Nesse sentido, não foram abordados os aspectos sociais da construção de gênero de forma aprofundada pelos/as Participantes 2 e 3 . A Participante 3, por exemplo, conta *"só vem a cabeça o masculino e o feminino. É quando a gente diferencia o homem da mulher, não sei, acho que é isso."* Pode-se observar nessa fala que ela não se aprofundou nos aspectos sociais e culturais que se constitui a identidade de gênero, mas ainda sim, diz respeito aos processos identitários caracterizados como uma forma relacional de aproximação das semelhanças e marcação das diferenças (Galinkin & Zauli, 2011).

Os aspectos sociais e culturais são enfatizados pelos/as estudiosos/as das questões de gênero. Por exemplo, Louro (1998), a qual explica que os aspectos biológicos não são o suficiente para a definição de gênero, mas sim, há uma ênfase na construção social, histórica e cultural do conceito de gênero. A Participante 1, traz uma concepção interessante do que ela acredita ser gênero ao dizer *"Acredito que nós nascemos mulheres sim, nos tornamos mulheres ativas, a partir do momento que nós reconhecemos nosso papel da sociedade"*, sendo esses papéis sociais, apontados por ela, como escolhas que as mulheres possuem.

A partir dessa fala, pode-se pensar naquilo que Scott (1995) diz que o gênero se dá por conta das organizações sociais estabelecidas por conta do sexo biológico, assim como, os pressupostos papéis sociais que também são construções exclusivamente sociais. Quando a Participante 1 diz sobre escolhas e mudanças sociais que possibilitam essas escolhas em comparação ao que era há alguns anos, se deve aos estudos feministas sobre o conceito de gênero como uma ferramenta política. Gênero enquanto ferramenta política visa lutar contra as desigualdades entre homens e mulheres para buscar uma sociedade efetivamente democrática (Madureira, 2010).

Além disso, a pesquisadora observou que não há clareza entre os conceitos de gênero e orientação sexual, em que, algumas vezes, se misturaram durante as entrevistas, como o Participante 2 diz "*gênero masculino e feminino, nada de preconceito, temos vários amigos que são homossexuais.*" Compreende-se então, que, muitas vezes, apesar do gênero e sexualidade (orientação sexual) serem, de certa forma, ligados, são conceitos diferentes que, algumas vezes, acabam por serem confundidos e/ou vinculados.

Dessa forma, entende-se que gênero é a forma como as pessoas se identificam socialmente como homem ou como mulher. Já a sexualidade diz respeito ao modo cultural como se vivenciam os desejos e prazeres corporais (Week, 1993, citado por Louro, 1998). Em outras palavras, a identidade de gênero é a forma que uma pessoa pode se identificar, como masculino ou feminino e a identidade sexual é a forma que se constitui a sexualidade (parceiros/as do mesmo gênero, do gênero oposto de ambos os gêneros ou nenhum parceiro).

As articulações entre gênero e a forma que homens e mulheres vivenciam a sexualidade, estão vinculadas a aspectos culturais que delimitam o que é, socialmente esperado em relação às masculinidades e feminilidades (Madureira & Branco, 2007). Um exemplo sobre a vinculação entre sexualidade e gênero, de acordo com essas expectativas sociais, pode ser exemplificado diante da fala do Participante 2, em que relata a história de um amigo gay, o qual conta que aprendeu a costurar pelo fato dele ter sido criado pela irmã e pela mãe e isso teria influenciado muito sua sexualidade. Isso demonstra a associação entre a ação de costurar estar ligada, culturalmente, a um aspecto da feminilidade, esse sujeito, então, relacionou a sua sexualidade com algo que simbolizava um aspecto "exclusivo" do feminino.

Com base nesse relato, Scott (1995) explica que o termo gênero foi importante para que pudesse distinguir as práticas sexuais dos "papéis" sexuais atribuídos às

mulheres e aos homens. Isto é, gênero representa um sistema de relações que podem incluir o sexo, porém, não é diretamente determinado pelo sexo biológico e nem determina a sexualidade.

O papel da escola na abordagem das questões de gênero e diversidade sexual.

Em alguns países, incluindo o Brasil, foram propostas iniciativas para combater a discriminação e o preconceito relação à homofobia e promover o reconhecimento da diversidade sexual e da pluralidade de identidade de gênero, garantindo e promovendo a cidadania de todos/as em diversas instâncias da sociedade. Como as escolas se configuram, muitas vezes, em um lugar de opressão e discriminação homofóbica, é imprescindível que essas políticas de combate a esse tipo de violência também sejam aplicadas nas instituições escolares (Junqueira, 2009).

De forma geral, os/as três participantes acreditam que as questões de gênero, sexualidade e diversidade devem ser abordadas na escola, sendo que, nas escolas em que trabalham, essas questões são trabalhadas. Entretanto, na escola rural onde o Participante 2 trabalha, não há uma iniciativa própria da instituição, apenas ele ocupa-se desse tema. Já nas escolas das outras duas professoras, há uma iniciativa das instituições de trabalharem essa temática. Por exemplo, G. afirma que *"Aqui na escola nós temos essa discussão e nós temos oficinas de orientação sexual de gênero, de discussão de gênero, de diversidade."* Depois, também acrescenta *"Então, nós já tivemos uma gincana (chamamos de gincana cultural, mas é a gincana da diversidade) e a gente teve a semana da educação para a vida com os debates."*

Porém, tanto a Participante 1 como o Participante 2, destacam um ponto relevante que é a dificuldade de se abordar esses temas nas escolas. Primeiro, é o receio das escolas abordarem esse tema, principalmente, com relação à escola rural do Participante 2, por estar dentro de um contexto mais tradicional, já que há vários alunos/as filhos/as de pastores. Esse é um aspecto que Madureira e Branco (2015) levantam, em que discutir temas voltados para gênero e diversidade sexual nas escolas, pode ir muitas vezes contra os valores morais religiosos, no caso, dos pais dos/as alunos/as dessa escola.

Esse fator pode ser algo que crie maior resistência para que se aborde questões de gênero e sexualidade nas escolas. Entretanto, apesar da escola ter que respeitar as convicções morais dos/as alunos/as, é importante que a abordagem nas escolas sobre

esses temas não deva se restringir à essas convicções, é preciso trabalhar de forma ampla e democrática, respeitando a todos/as. Apesar de todas as dificuldades, a escola é um espaço que podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento. Principalmente, se nesse espaço ocorrerem práticas e crenças que perpetuem preconceitos, discriminações e violências (Junqueira, 2009).

A Participante 1 também aponta essa dificuldade com relação aos valores morais na escola onde trabalha, com alguns professores. Dessa forma, ela conta: "*O posicionamento dos professores não foi fácil, porque nós tínhamos que mexer com professores que tem uma estrutura de vida completamente tradicional*".

Além disso, também contam que apesar de haver interesse por alguns profissionais da educação em abordar esses assuntos, existe uma lacuna na formação dos professores quanto às questões de gênero e sexualidade. A Participante 1 enfatiza isso na entrevista "*Precisamos de políticas públicas para ter meio de formação, porque a gente não tem esse meio de formação acadêmica(...). Se não mudar a universidade, não vai mudar a postura.*"

Apesar das universidades/faculdades terem um pouco mais de autonomia com relação ao conhecimento, isso pode favorecer tanto a inclusão como a ausência das questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual nos currículos. Isto é, dependerá se a instituição apresenta uma estrutura mais fixa e tradicional, podendo dificultar a inclusão desses conteúdos (Altmann, 2013). Outro fator, é que as universidades não se comprometem efetivamente com a formação de professores/as, evidenciando uma desvalorização dos/as profissionais da educação, não dando a devida atenção a qualidade do ensino durante os cursos de Licenciatura (Madureira, 2007).

Nesse sentido, essa dificuldade relacionada à essa lacuna na formação dos/as professores/as acerca desses temas está, de certa maneira, associada ao silenciamento diante dessa temática. Silenciamento esse, dentro das instituições, a fim de não se falar sobre diversidade sexual para que continue a reprimir e invisibilizar aqueles/as que não estejam dentro da heteronormatividade (Ribeiro, Soares & Fernandes, 2009). O silêncio frente a esses assuntos nas escolas perpetua e reflete o preconceito na sociedade. Observa-se isso, por exemplo, nos materiais didáticos, pois, nota-se um caráter heteronormativo, além de ignorar as práticas sexuais fora do contexto da reprodução e, muito menos, de práticas sexuais não-heterossexuais. Entretanto, os materiais didáticos

deveriam estimular o respeito à diversidade sexual, a igualdade e a liberdade (Lionço & Diniz, 2009).

Como os/as participantes lidam com situações de discriminação em relação à diversidade sexual na escola?

Diante de casos de discriminação a respeito da diversidade sexual, a Participante 1 foi a que trouxe um exemplo mais marcante de discriminação, em que um dos alunos chegou a ameaçar um estudante homossexual. Sendo assim, a homofobia uma atitude de hostilidade para com os homossexuais, a qual se constitui em uma inferiorização das sexualidades não heterossexuais devido a uma hierarquização das sexualidades, colocando a heterossexualidade em um *status* superior e natural. Hoje em dia, com a problematização da homofobia, os estudos não estão mais voltados para a origem, funcionamento e comportamento homossexual, mas sim, é focada nos motivos que levaram essa orientação sexual ter sido considerada desviante no passado (Borrillo, 2009).

Nesse sentido, é possível pensar que, muitas vezes, como é discutido por Moreira e Câmara (2008) os meninos costumam ter atitudes mais preconceituosas quando comparados às meninas, devido a uma forma de reforçar a própria heterossexualidade. Ou seja, um discurso negativo para com os meninos gays seria uma atitude que contribuiria para a construção da masculinidade hegemônica.

A atitude de discriminação por parte dos meninos héteros para com os meninos gays ou que, de alguma forma, apresentam algum comportamento considerado fora dos padrões reforçam a construção dessa masculinidade hegemônica. Nota-se que a construção dessa masculinidade retoma e reflete, nos dias atuais, as consequências de uma tradição patriarcal. Nessa tradição, são colocados à ideia de masculino e feminino como extrema oposição e diferenciação, por exemplo, dentro de uma visão sexista, é associada a masculinidade à força e a feminilidade à fragilidade. Nesse aspecto, representa a oposição entre a masculinidade e a feminilidade, são impostos comportamentos adequados para um e para outro. Por isso, a partir dessa caracterização do dito "verdadeiro" homem, os homens gays representam a noção do homem que "falhou" por não corresponder com o ideal de masculinidade (Parker, 1991).

A partir desse caso de discriminação, a escola em que a Participante 1 trabalha passou a se manifestar mais a respeito dessas questões. A participante aponta algumas estratégias de mediação utilizadas na escola a fim de discutir questões sobre diversidade

"Aqui na escola nós temos oficinas de orientação sexual de gênero, de discussão de gênero, de diversidade".

Em outro caso, quando foi apresentada uma situação hipotética de discriminação, as Participantes 1 e 3 disseram que tomariam providências. Apesar da Participante 3 falar que esses temas são abordados no ano posterior que ela dá aula, ela conta que explicaria para as crianças sobre a existência de casais homoafetivos. A Participante 1 relata que abordaria essa questão em sala de aula, promovendo discussões para que os/as alunos/as compreendessem mais acerca de movimentos sociais e sobre os direitos civis, por exemplo. Tais atitudes das participantes apontam para a importância da visibilidade, do reconhecimento de diferentes manifestações de sexualidades, pois a invisibilidade pode ser uma das mais fortes maneiras de opressão (Junqueira, 2009).

O Participante 2, entretanto, não respondeu como agiria com os/as estudantes ao ser apresentado pela mesma situação hipotética, em que um/a aluno/a falava que viu uma cena na novela de um casal *gay* se beijando e achava aquilo coisa de gente doente. Apesar dele não responder como seria a atitude dele com esse/a aluno/a nessa situação, ele disse que a televisão, muitas vezes, força e dão muita ênfase no homossexual. Esse discurso demonstra o que Borrillo (2009) explica que a homossexualidade, às vezes, é aceita na esfera íntima e no mundo privado, porém, quando essa sexualidade reivindica de forma pública sua equivalência à heterossexualidade, pode-se tornar insuportável. Como explica o autor, a homofobia, então, é o medo de que essa igualdade seja reconhecida, manifestando-se, entre outras coisas, pelo medo que desapareça a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual.

A partir das atitudes em frente a tais situações abordadas pelas participantes (principalmente quando a Participante 1 diz para trabalhar as diferenças), é possível relacionar com que Moreira e Câmara (2008) apontam como possíveis estratégias pedagógicas para trabalhar essas questões no ambiente escolar. Alguns desses recursos para serem trabalhados no contexto escolar são: proporcionar os alunos a terem uma mudança em sua conduta em relação aos indivíduos que têm sido alvo de discriminação, estimular o diálogo sobre as diferenças, além dos/as estudantes tomarem conhecimento dos preconceitos existentes na sociedade.

Sendo assim, é importante que questões sobre discriminação sejam debatidas, pois, como explica Facco (2009), apesar do silenciamento que ocorre nas instituições, não falar sobre o preconceito não significa que esse não exista, apenas o torna velado. Por isso, embora a escola não deva ser a única responsável por transformar todos os

aspectos da sociedade, é importante levar em conta que ela produz efeitos de verdade, constituindo-se em uma instância importante nas histórias e nas formações das pessoas enquanto sujeitos (Ribeiro, Soares & Fernandes, 2009).

Por conta dessa lacuna na formação d profissionais da educação, é inquestionável a importância de medidas voltadas a oferecer diretrizes consistentes, a incluir de modo coerente tais temas na sua formação inicial e continuada. Na escola, o trabalho voltado a problematizar e a subverter a práticas preconceituosas e discriminatórias requer, entre outras coisas, pedagogias e posturas e institucionais eficazes para desestabilizar mecanismos de reprodução das desigualdades e das relações de forças (Junqueira, 2009).

Conclusão

Com a realização dessa pesquisa, foi possível observar alguns dos aspectos teóricos estudados durante a pesquisa de campo. Tanto em relação a aspectos conceituais, como, por exemplo, gênero e orientação sexual, quanto em questões sobre o que ocorre no contexto escolar a respeito de práticas pedagógicas a fim de trabalhar questões de gênero e diversidade sexual, foram pontos que se evidenciaram no decorrer da pesquisa.

Sendo assim, para dar suporte ao tema investigado, foi preciso abordar concepções mais abrangentes desde tópicos como identidade, diferença e preconceito, para se chegar aos conceitos mais específicos, como gênero, diversidade sexual e o papel da escola frente a esses temas.

A relevância dessa pesquisa se deve à proporção da violência (tanto de gênero quanto homofóbica) que as pessoas têm enfrentando em diversos espaços sociais, inclusive, no ambiente escolar. Além de se notar que as desigualdades de gênero, e os diversos tipos de discriminação ainda estão permeando a sociedade. Abordar, portanto, essa temática no contexto educacional é fundamental, pois, as escolas têm um papel significativo na constituição das pessoas no contexto das sociedades letradas na atualidade.

A Psicologia tem um papel fundamental sobre essa temática, pois os/as psicólogos devem proporcionar a reflexão sobre o preconceito e discriminações, visando desconstruir combater aspectos como a homofobia e o sexismo. Essa é uma tarefa de extrema importância, tendo em vista que algumas áreas do saber, inclusive, a Psicologia, no passado, contribuíram para reforçar o caráter de patologias ou

comportamentos desviantes de práticas que eram consideradas fora de um padrão imposto.

Por isso, é importante que pesquisas a respeito desse tema continuem sendo realizadas, para que se possa observar se há progressos quanto à iniciativas de combate à discriminação e preconceito nos diferentes espaços sociais, incluindo, as escolas. Uma pesquisa específica nessa área pode se dar com profissionais durante o processo de formação nos cursos de Licenciatura para se observar se essas questões estão sendo ou não estudadas e de que maneira está ocorrendo.

Portanto, as instituições de ensino são lugares propícios para que ocorra a desconstrução de práticas de exclusão e discriminação. Além de desnaturalizar aspectos ainda tão enraizados na sociedade, a fim de se criar um espaço mais democrático que se respeite à diversidade e para que não se perpetue mais a violência, o ódio e o não reconhecimento de diversos modos de ser.

Referências Bibliográficas

- Altmann, Helena. (2013). Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (13), 69-82.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Borrillo, D. (2009). A homofobia. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: LetrasLivres / Editora da Universidade de Brasília.
- Brasil.(2016). Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Facco, L. (2009). As “Diferenças” na Literatura Infantil e Juvenil nas Escolas: para entendê-las e aceitá-las. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp.325-339). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Grossi, M., Heilborn, M., & Rial, C. (1998). Entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudos Feministas*, 6(1), 114. Retirado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12037/11314>

- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Lionço, T. & Diniz, D. (2008). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Psicologia Política*, 8(16), 307-324.
- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 81-90.
- Madureira, A. F. A. (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em:
http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf
- Madureira, A. F. A. (2010b). Gênero, fronteiras simbólicas e imagens: implicações metodológicas e educacionais. *Anais - Simpósio: Gênero e Psicologia Social* (pp.17-30). Brasília: TechnoPolitik.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.

- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)*, 23(3), 577-591.
- Minayo, M. C. S. (2007a). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes
- Moreira, A. F. B. & Câmara, M. J. (2008). Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 38-66). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Parker, R. G. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Pérez-Nebra, A. R. & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: principais temas e vertentes* (pp. 219-237). Porto Alegre: ArtMed.
- Ribeiro, P. R. C.; Soares, G. F. & Fernandes, F. B. M. (2009). A ambientalização de professores e professoras homossexuais no espaço escolar. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 183-211). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.
- Secretaria de Educação Fundamental. (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais: 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF.
- Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 73-102). Petrópolis: Vozes.
- Vianna, C. & Ridenti, S. (1998). *Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito*. Em J. G. Aquino (Org.), *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. (pp. 93-106). São Paulo: Summus.